

pêndulo e economia

GOLDFAJN

Utró dia pensei no pêndulo. Não naquele em que Galileu Galilei desenvolveu os seus estudos, mas sim no campo das ideias e da política econômica. O pêndulo já favoreceu o câmbio flutuante depois de fixar o câmbio, antes de gostar da flexibilidade do dólar. A oscilação pendular acontece também em outras áreas da economia após a crise internacional, o que quer mudar. Observam-se novas ideias e ideias. Todos querem uma nova crise de tamanha magnitude que ocorra. Mas quais serão as consequências permanentes e quais não sobreviverão ao teste do tempo? É sempre bom especular na direção das novas ideias e políticas para aproveitar o espaço para discutir alguns aspectos de política econômica que me parecem merecer permanecer, após o "brainstorming":

O crescimento sustentável é o resultado de esforços árduos que levam a ganhos de produtividade, inovação e investimentos significativos, inclusive na qualidade da educação. Não há caminho fácil. O crescimento sustentável vai depender de um ambiente econômico com inflação nem altos riscos (dívidas públicas altas), o que permita enxergar o futuro com clareza, fundamental para implementar projetos de longo prazo.

LUIZ GARCIA Boas notícias

Verdades desagradáveis têm o desagradável costume de se recusarem a ser esquecidas.

O escândalo do mensalão, que estourou há cinco anos, parecia destinado a ser ignorado pela opinião pública desde que começou o seu julgamento, em agosto de 2007, pelo Supremo Tribunal Federal. Não por culpa do Judiciário, mas pela natural lentidão de um processo com 38 réus, todos eles com recursos para pagar bons advogados. Por falta de novidades importantes, mídia e opinião pública deixaram o assunto de lado até agora, e o assunto parecia condenado a não ser lembrado, pelo menos até a decisão final da Justiça, sabe-se lá quando.

Na época da denúncia, o escândalo ganhou manchetes diárias, e até repercussão na mídia estrangeira. Jornais ameri-

canos, por exemplo, adequadamente, mas sem muita graça, traduziram "mensalão" para "big monthly allowance". E "big" a mesada era mesmo. Isso foi confirmado agora, num trabalho da Polícia Federal encomendado pelo ministro Joaquim Barbosa, do STF. A PF ouviu quase cem pessoas e comprovou que o lobista Marcos Valério recebera do governo Lula, em diversos contratos, R\$ 350 milhões — e parte desse dinheiro formou o caixa do mensalão.

A existência do esquema de financiamento de campanhas eleitorais, com o objetivo de fortalecer a base parlamentar do governo Lula, não é novidade. As provas agora reveladas simplesmente confirmam a gravidade do crime e acrescentam alguns nomes à longa lista dos políticos envolvidos. Dois deles estão associados ao

governo atual: o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e o líder do governo no Senado, Romero Jucá.

Isso cria um problema político para a presidente Dilma. Ela tem à sua disposição duas atitudes. Pode, simplesmente, pedir aos dois que se afastem do governo. Mas também tem à sua disposição o argumento de que são inocentes até decisão da Justiça em contrário. Em ambas as hipóteses, há um preço político inevitável.

Deixando de lado a presumida dor de cabeça presidencial, o trabalho da Polícia Federal e o fato de que ela pode executá-lo sem interferências indevidas são boas notícias para o país. Quanto mais não seja, podem contribuir para desestimular eventuais cidadãos interessados em serem, digamos assim, os Marcos Valérios da nova geração.

Cavalcante

Debate enviesado

FABIO DE SÁ CESNIK e JOSÉ

romica que me parecem
am permanecer, após o
ainstorming”:

cimento sustentável é con-
t de esforços árduos que le-
nhos de produtividade, ino-
lém de investimentos signi-
inclusive na qualidade da
. Não há caminho fácil. O
nto sustentável vai conti-
isando de um ambiente es-
a inflação nem altos riscos
s (dívidas públicas altas),
i permitir enxergar o futuro
, fundamental para imple-
projetos de longo prazo.
ção de demanda continuará
(assim como choques de
houver mais demanda por
ora do que oferta disponí-
rio vai acabar subindo. Se a
le um bem é tal que a ofer-
segue acompanhar, haverá
de preço. Excesso de de-
á que ser combatido por al-
lida de contenção (fiscal,
ito, etc.) que levará a algu-
eleração temporária (en-
re o excesso) de demanda
atividade.

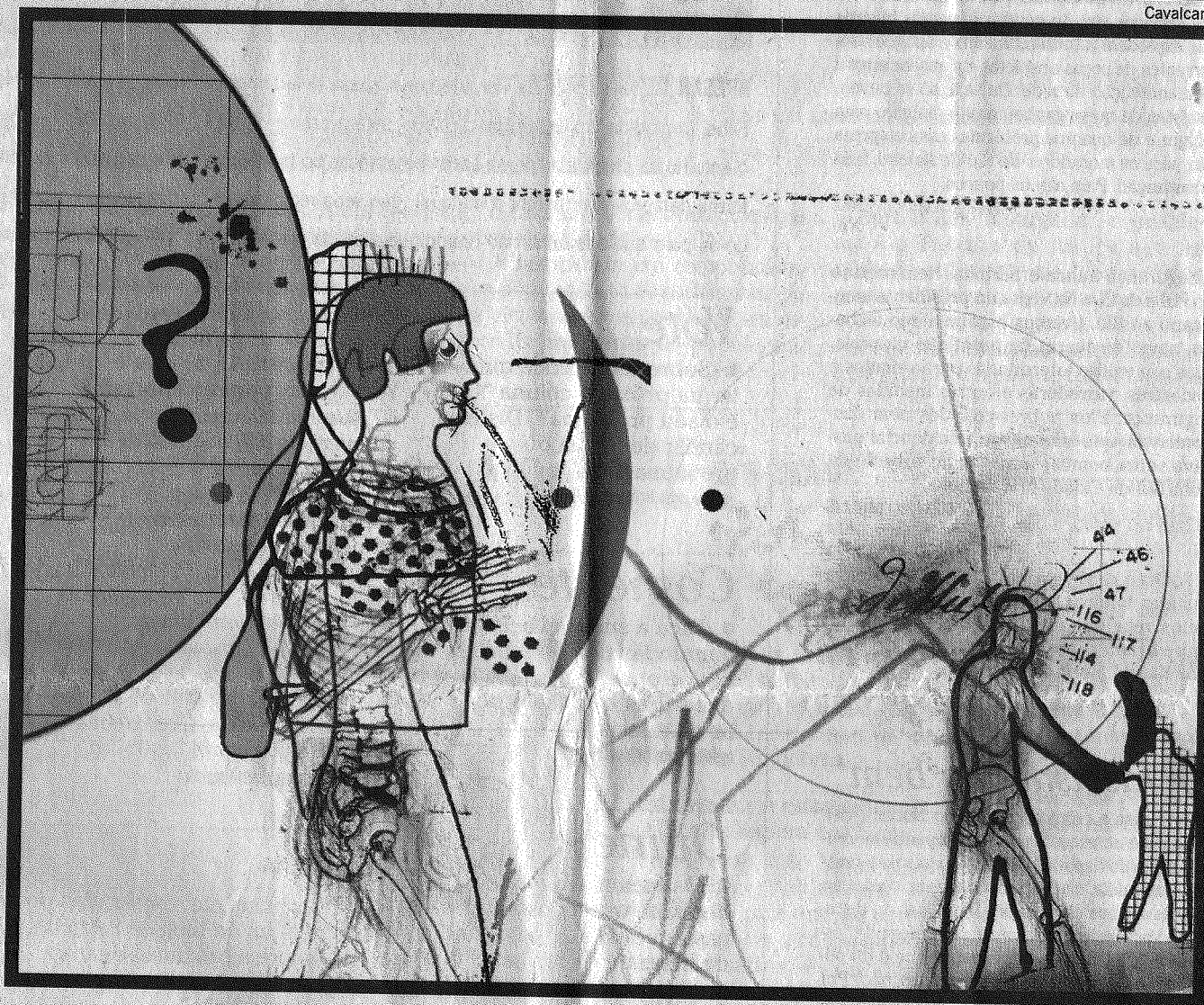
l almoço grátis no combate
Todos os instrumentos uti-
a combater a inflação têm
o colateral. Combater a in-
nedidas macroprudenciais,
como medidas administra-
tetam a quantidade e o pre-
lito, pode gerar distorções
ais afetados que outros) e
diação da economia (busca
ão regulados de crédito).
a de combate à inflação é
quando os que reajustam
lários acreditam numa tra-
gna para o futuro. Quanto
ia a visão, menor será o de-
to necessário para comba-
terminada inflação. Os ban-
s provavelmente continua-
sforço de convencer todos
ação, independentemente
mo se medem essas visões
tivas de inflação).

Na época da denúncia, o escândalo ga-
nhou manchetes diárias, e até repercus-
são na mídia estrangeira. Jornais ameri-

a gravidade do crime e acrescentam al-
guns nomes à longa lista dos políticos en-
volvidos. Dois deles estão associados ao

eventuais cidadãos interessados em se-
rem, digamos assim, os Marcos Valérios
da nova geração.

Cavalcante



Modelo equivocado

RODRIGO CONSTANTINO

assim como um indivíduo, pode até ca no falido Banco Panamericano de-

Debate enviesado

FABIO DE SÁ CESNIK e JOSÉ MAURÍCIO FITTIPALDI

Resolvemos entrar nesse de-
bate buscando evitar que
discussões menores ven-
ham a nublar uma visão
mais abrangente sobre os rumos da
política cultural no País.

A discussão encaminhada pelo Mi-
nistério da Cultura sobre o rumos da
Lei Rouanet até início do ano passa-
do foi um monólogo. A proposta for-
mulada naquele período era sofrível
sob todos os pontos de vista: técni-
co-legislativo, político, de mercado,
dos artistas e da população.

O discurso tinha duas facetas: uma
voltada para a mídia, buscando mostrar
o quão nefasta era a Lei Rouanet, domi-
nada pelos "homens de marketing"; e
outra que apresentava as modificações,
como o aumento da ingerência do Es-
tado nas decisões e o tolhimento da
participação social. E tudo mudaria
com o Procultura; um engodo.

Para sorte de todos, a Comissão de
Educação e Cultura da Câmara cole-
tou mais opiniões e substituiu o texto
original. A relatora acertou e temos
um projeto melhor em tramitação.

Percebendo que do ponto de vista
técnico o projeto avançou, como fica o
resíduo do discurso? Sobrou para a po-
pulação a percepção de que a Rouanet
é uma perversidade, o que não é ver-
dade. Senão vejamos: a calha sob a qual
as pessoas ou empresas podem desti-

trais provavelmente continuou seu esforço de convencer todos o de ação, independentemente a como se medem essas visões ectativas de inflação).

regulação em vários setores da nia continuará sendo periodicamente reavaliada. Certamente, há aumento de medidas de preço crescimento exagerado de ativos (como já vem sendo Medidas macroprudenciais objetivo de evitar bolhas e insadefinadeira que as seguem. elmente, crises iguais à do passado evitadas. Mas novas crises io surgir, vindas de causas aino imaginadas. A história de ra que novas distorções aparecrises são recorrentes.

ontroles de capital não serão a io permanente para os desequilíbrios locais e globais. Excessos de terão que ser combatidos com líticas macroeconômicas ade-

s: políticas fiscais relativamente expansionistas dos receptores teue se ajustar, assim como polímonetárias expansionistas nos s exportadores de capital. Os i também tenderão a fluir para ises que apresentem as melhores perspectivas de crescimento.

oêndulo está em movimento, ivelmente haverá sob-reação e. Algumas novas (e renovadas) s serão colocadas em prática, nte para depois serem descartadas. Outras (poucas) novas ideias o consideradas boas práticas e poradas ao conhecimento cole-

após serem postas à prova. Em levido tempo, serão criticadas e tionadas, talvez após uma nova futura. Mas há ideias e práticas permanecerão valendo. Listei as algumas que me parecem ge o suficiente para tal. Importante nhecer quais são para evitar os aios sabores da última crise.

GOLDFAJN é economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA

RODRIGO CONSTANTINO

A economia brasileira não está no rumo certo para um crescimento sustentável. A inflação acelerou, os gargalos de infraestrutura e mão de obra impedem um avanço mais sólido e o país corre o risco de viver um novo voo de galinha. As principais causas desta situação estão ligadas ao excessivo peso do governo na economia.

Falta poupança doméstica para investimentos produtivos, e falta maior descentralização na alocação dos recursos. Com reduzido nível de investimentos, e com o governo centralizando o crédito por meio de bancos estatais, há o risco de a economia sair dos trilhos num futuro próximo.

Uma nação só consegue crescer de forma sustentável investindo em bens de capital e educação. Para tanto, faz-se necessário aumentar a poupança, ou seja, deixar de consumir parte da produção atual. Com a fome insaciável do governo por recursos, resta pouco para o setor privado poupar. Como agravante, o governo usa em gastos correntes sua arrecadação de quase 40% do PIB, sobrando muito pouco para investimento.

Restam duas alternativas para suprir a falta de poupança doméstica: pegar poupança externa emprestada ou usar poupança forçada doméstica, por meio de uma política inflacionária. Ambas apresentam grandes riscos. A Era JK foi marcada pelo acelerado crescimento, apenas para desambar na inflação galopante em seguida. O "milagre econômico" do regime militar plantou as sementes da "década perdida" posterior. Não existe almoço grátis. Um povo,

assim como um indivíduo, pode até viver algum tempo dependendo de recursos alheios, mas somente se estes forem canalizados de forma eficiente para investimentos produtivos. A conta precisa ser paga depois, com juros. Tomar dinheiro emprestado para consumo corrente, ou então para investir em projetos ineficientes, é um caminho fadado ao fracasso.

Os excessos da Era PT ainda não cobraram a fatura graças ao cenário internacional. Com o forte crescimento chinês puxando o preço das commodities, e com taxas de juros praticamente nulas nos países ricos, os recursos migraram para países emergentes, como o Brasil. Mas até quando este quadro vai durar? Ficamos dependentes dos ventos externos, pois o governo não fez as reformas estruturais e não reduziu efetivamente seus gastos, para permitir maior investimento.

Para piorar a situação, o governo expandiu de forma assustadora o crédito público. O BNDES praticamente triplicou seus ativos em apenas três anos! Seus desembolsos subsidiados são destinados a poucas e grandes empresas, e o governo ainda acredita que esta expansão creditícia não é inflacionária. Esse modelo já foi testado no passado, em inúmeros países, e sempre fracassou. O governo não tem capacidade para alocar de forma eficiente os recursos, sem falar dos riscos de uso de critérios políticos na decisão.

Não satisfeito, o governo aumentou a ingerência sobre a iniciativa privada também. O caso assombroso da pressão estatal pela demissão do presidente da Vale comprova isso. O aporte de capital da Caixa Econômi-

Aumentou a ingerência do Estado sobre a iniciativa privada

ca no falido Banco Panamericano demonstra outro episódio preocupante do modelo atual de gestão. Os governantes parecem realmente acreditar que os recursos são infindáveis e que eles possuem capacidade clarividente para selecionar as empresas "vencedoras" na economia.

A história, contudo, mostra que esta visão é totalmente equivocada. Hayek chamou de "arrogância fatal" esta mania que alguns têm de acreditar no planejamento central. O "capitalismo de estado" nunca foi capaz de entregar bons resultados ao longo do tempo, sem falar dos riscos para as liberdades individuais sob este modelo. Infelizmente, os principais membros do governo parecem crer justamente nesta receita furada.

A ausência de uma oposição organizada que aponte estas falhas e apresente modelos alternativos é um fator muito preocupante. Parece que todos estão anestesiados com a bonança momentânea, tentando pegar carona nos números ainda favoráveis da economia. Falta uma liderança com visão de maior alcance. O modelo atual está se esgotando, e suas ineficiências logo virão à tona. A inflação já é um sinal disso. E, ainda que seja cedo para chamar de bolha, o rápido aumento do crédito cobrará seu preço.

O alerta, feito pelos economistas Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, merece atenção: "Como se demonstrou reiteradamente ao longo do tempo, os governos dos países emergentes tendem a considerar os surtos favoráveis como tendências duradouras, o que, por seu turno, atira uma farrá de gastos e de empréstimos públicos, que termina em lágrimas."

RODRIGO CONSTANTINO é economista.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIAO Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao

é uma perversidade, o que não e verdade. Senão vejamos: a calha sob a qual as pessoas ou empresas podem destinar recursos à cultura concorre com esporte, cinema e assistência social. Destes só a Rouanet confere aos financiadores benefício fiscal inferior a 100%.

Do ponto de vista da renúncia fiscal da União, se a ideia é acabar com a Rouanet, porque não acabar com as outras leis? Claro que só ela é mencionada, pois foi sozinha alvejada pelo irresponsável discurso. Nada mais injusto.

E o resultado da aplicação de recursos? Está patente para todos os cidadãos: crescimento do audiovisual brasileiro, programação extensa de teatro, música e exposições, projetos socioculturais belíssimos (Sinfônica de Heliópolis, projeto de leitura na Amazônia "Vagalume" e tantos outros).

Especifamente em relação ao blog da Bethânia, perguntamos: por que não mais um belo projeto de poesia via internet aberto a toda população? A ideia é excelente e adequada aos objetivos da lei. Relegada às relações de mercado, Bethânia poderia dedicar-se seriamente à difusão da poesia? Não conhecemos o projeto no seu detalhe e nem dele somos parte, para aqueles que já pensem na defesa em causa própria.

Ampliemos o foco: o que está em discussão é um modelo bem-sucedido de parceria publico-privada e que funciona.

Do contrário, talvez valha a pena aos críticos de plantão, junto com o fim da Rouanet, exigir o exame de renda das pessoas que compraram automóveis com isenção de IPI, pois é renúncia fiscal para estimular o aumento do patrimônio daqueles que podem comprar um automóvel (!). E por fim: a imunidade tributária de papel para impressão de livros, defendida por Jorge Amado na década de 40 como universal, seja restrita a livros de destinação social. Ora, façamos o favor.

FABIO DE SÁ CESNIK e JOSÉ MAURÍCIO FITTIPALDI são advogados.